



Índice

- 01** Índios do PA protestam para pedir melhorias no atendimento médico
- 02** Semana do Índio na OAB/MS traz documentário sobre atendimento à mulher indígena nas delegacias
- 03** Relatório sobre violência contra índios no período militar será analisado na CNV
- 04** Fotografia para índios
- 05** Secretaria dos Povos Indígenas pode ser criada com R\$ 1,65 bilhão em caixa
- 06** Mais de R\$ 70 milhões serão liberados para assistência aos índios
- 07** Exposição homenageia índios sergipanos
- 08** Conflito armado entre tribos deixa 4 índios mortos em Roraima
- 09** Índios enfrentam fome em protesto
- 10** Corrida do toro e cabo de guerra abrem os Jogos Indígenas da Paraíba 2013
- 11** Índios Atikum em Carnaubeira da Penha recebem documentação gratuita
- 12** Governo cria comitê gestor de terras indígenas



Índios do PA protestam para pedir melhorias no atendimento médico
SÍTIO GLOBO.COM, 24.04.2013

*Eles ocupam a sede da Secretaria Especial de Saúde Indígena, em Belém.
Local criado para dar apoio aos indígenas está em condições precárias*

Pintados para a guerra, os índios protestam contra a falta de remédios e atendimento médico nas aldeias.

Eles vieram de cinco municípios do interior do estado para ocupar a sede da entidade em Belém. "Todos os polos estão passando pela mesma situação, de falta de medicamento e falta de combustível", diz o índio Neto Tembê.

Os índios também pedem uma auditoria para investigar a aplicação dos recursos destinados às aldeias. Nos últimos cinco anos, o Ministério Público Federal abriu cerca de 80 procedimentos sobre irregularidades na atenção à saúde indígena no Pará. São investigações sobre a má aplicação de recursos, falta de medicamentos e profissionais para atender as comunidades.

A Casa do Índio de Paragominas, criada para ser um ponto de apoio para os indígenas que fazem tratamento no município, está em condições precárias. O terreno tem esgoto a céu aberto e muito lixo. Os banheiros também estão sujos. Sem espaço na casa, os indígenas construíram uma oca improvisada no quintal, onde dezenas de pessoas ficam aglomeradas doentes ou não.

A atual coordenadora da Sesai no distrito Guamá-Tocantins, responsável pelas ações de saúde indígena em Paragominas e nos municípios de onde vieram os manifestantes, está no cargo há um ano e diz que já foram tomadas providências para regularizar o atendimento nas aldeias. "Nós estamos entregando medicamentos de atenção básica trimestralmente e estamos fazendo novas contratações de médicos para os pólos de Paragominas, Marabá e Oriximiná", diz Daniele Cavalcante.

Em relação à Casa do Índio, a coordenadora disse que os recursos para reforma já estão disponíveis, mas antes do trabalho começar é preciso encontrar um local provisório para abrigar quem está no local.



Semana do Índio na OAB/MS traz documentário sobre atendimento à mulher indígena nas delegacias

SÍTIO AGORA MS, 23.04.2013

A dificuldade no atendimento às mulheres indígenas nas delegacias de Campo Grande (MS) motivou a pesquisadora Ana Patrícia Nassar a elaborar, junto a Sidney de Albuquerque, um vídeo que levou o terceiro lugar na categoria melhor documentário do Brasil no 1º Concurso de Curta Documentário sobre a Lei Maria da Penha. O documentário intitulado "Uma Lei para Todas" será exibido durante a IV Semana do Índio da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul (OAB/MS), no dia 25 de abril, às 19h15.

O documentário apresenta depoimentos de mulheres indígenas que encontraram dificuldades de atendimento nas delegacias de Campo Grande, em que, geralmente, a orientação fornecida é que a indígena procure o cacique da tribo para resolver o problema relatado por elas. O vídeo traz também orientações sobre como a mulher indígena deve proceder no caso de recusa no atendimento.

A pesquisa realizada por Ana Patricia será realizada ainda em outras localidades do Estado. A iniciativa conta com o apoio da OAB/MS. "Queremos saber se há recusa das delegacias em atender às índias. Com nosso trabalho vamos também conscientizar os indígenas quanto aos seus direitos e quanto à necessidade de denunciar em casos de agressões físicas", diz Ana Patrícia. Ao final da pesquisa será realizada uma audiência pública para apresentação dos resultados para a própria OAB/MS, para a Fundação Nacional do Índio (Funai) e para a 48a. Promotoria de Violência Doméstica.

A IV Semana do Índio na OAB/MS é realizada pela Comissão Permanente de Assuntos Indígenas (Copai). Com o tema "A importância das mulheres indígenas na manutenção da cultura e dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas", o evento tem início no dia 25 de abril, às 18h30, no auditório da OAB/MS. A programação se estende nos dias 26 e 27 de abril. Confira a programação:

Dia 25 de abril:

18h30 – Apresentação Cultural

18h45 – Apresentação da Cartilha dos Povos Indígenas, com o presidente da OAB/MS, Júlio Cesar Souza Rodrigues, e a presidente da COPAI, Samia Roges Jordy Barbieri.

19 horas – Exibição do documentário de Ana Patrícia Nassar sobre as mulheres indígenas e a dificuldade de atendimento em casos de violência.

Convidadas: Ana Lara Camargo de Castro – promotora de Justiça da Vara de Violência Doméstica e Familiar; Edna Guarani – liderança indígena, filha de Marçal de Souza; Aliscinda Tibério – presidente do Conselho Municipal de Direito e Defesa dos Povos Indígenas de Campo Grande e Madalena Terena – liderança indígena, filha de Marcos Terena.

Dia 26 de abril:

18h30 – Palestra: A presença indígena no Conselho Federal, perspectiva histórica, novos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 068 / 2013

Brasília, 25 de abril de 2013.

caminhos do Direito Indígena na Sociedade, com Antonio Oneildo Ferreira.

19 horas – Palestra: A experiência da mulher indígena Prefeita de Roraima na homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, com a prefeita de Uiramutã (Roraima), Florany Mota.

Dia 27 de abril:

9 horas – Café da manhã inspirado na culinária indígena

Mesa-redonda – Tema: a implantação de políticas públicas direcionadas às mulheres indígenas.

Lideranças indígenas: Madalena Terena, Aliscinda Tibério, Rute Poquiviqui, Silvana Terena.

Lideranças femininas na política sul-mato-grossense: Thais Helena Vieira Rosa Gomes, secretária de Políticas, Ações Sociais e Cidadania de Campo Grande, e vereadoras Luiza Ribeiro, Rose Modesto e Carla Stephanini.



Relatório sobre violência contra índios no período militar será analisado na CNV
SÍTIO JORNAL DO BRASIL, 23.04.2013

Brasília – Membro da Comissão Nacional da Verdade responsável por coordenar a apuração das denúncias sobre violações aos direitos indígenas entre 1946 e 1988, a psicanalista Maria Rita Kehl informou hoje (22), que a comissão vai analisar todas as denúncias e fatos narrados no chamado Relatório Figueiredo, extenso documento produzido em 1968 e encontrado há poucos dias após mais de 40 anos dado como perdido.

Embora ainda não tenha se debruçado sobre o documento localizado pelo pesquisador e vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo, Marcelo Zelic, a psicanalista disse estar convencida de que o relatório de pelo menos 5 mil páginas contém “muitos e importantes relatos de violações”, o que vai exigir uma avaliação cuidadosa para evitar equívocos ou conclusões precipitadas.

“É um documento complexo que vai nos dar muito trabalho. Já estamos prevenidos de que vamos ter que analisá-lo com muito cuidado e discernimento. Ao mesmo tempo em que relata muitas violações aos direitos dos povos indígenas, por se tratar de um relatório elaborado em plena ditadura militar, também traz algumas acusações que vão exigir que procuremos outros subsídios para avaliar [as denúncias] sem nos precipitarmos”, disse a psicanalista.

Produzido entre os anos de 1967 e 1968, quando o então procurador Jader de Figueiredo Correia percorreu o país a convite do extinto Ministério do Interior para apurar denúncias de crimes cometidos contra a população indígena, o documento era dado como perdido em um incêndio no ministério há mais de 40 anos e foi recentemente encontrado no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, por Zelic.

De acordo com o pesquisador, o relatório foi entregue pela Fundação Nacional do Índio (Funai) ao Museu do Índio em 2008. Distribuído em várias caixas e misturado com outros documentos, não estava catalogado, de forma que, durante décadas, os servidores dos dois órgãos indigenistas não se deram conta de que o que parecia um processo qualquer, era, nas palavras de Zelic, talvez o “mais importante documento produzido pelo Estado brasileiro a respeito das violações aos direitos indígenas, como a apropriação de suas terras e de seus recursos”.

“É um documento que pode ajudar muito a sensibilizar a sociedade para a situação que os índios ainda hoje vivem no Brasil”, disse Zelic à Agência Brasil. De acordo com o pesquisador, o resgate do Relatório Figueiredo pode ser creditado como um dos avanços possibilitados pela criação da Comissão Nacional da Verdade, criada em maio de 2012, por meio da Lei 12.528 para apurar graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

Durante o trabalho de apuração, o grupo coordenado por Figueiredo Correia apurou denúncias como o extermínio de tribos indígenas inteiras, torturas, expulsões e diversos tipos de violência, muitas vezes praticada por servidores do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI),
CONT.



órgão indigenista federal que antecedeu a Funai (criada em 1967) e sobre o qual pesavam suspeitas tão graves que o ex-ministro do Interior, Albuquerque Lima, admitiu, durante depoimento no Congresso Nacional, em 1977, ser impossível manter o órgão “por culpa de algumas dezenas de servidores menos responsáveis”.

Nove anos antes da declaração do ministro e em consequência das informações reveladas pelo trabalho de Figueiredo Correia, o Ministério do Interior recomendou a demissão de 33 pessoas; a suspensão de 17; a cassação da aposentadoria de um agente de proteção aos índios e de dois inspetores e apontou ainda o envolvimento de outras pessoas em práticas ilícitas ou prejudiciais aos índios, mas cuja punição não era de competência do Poder Executivo. Posteriormente, muitos funcionários públicos punidos foram inocentados na Justiça e retornaram ao trabalho.

Filho do ex-procurador, o advogado Jader de Figueiredo Correia Junior comemorou o fato de o relatório produzido por seu pai em meio “a constantes ameaças de morte, alguns atentados” e o peso de ter que pôr a própria família sob proteção policial ter sido localizado.

“É uma notícia fantástica. Não apenas para a família, que vimos o quanto meu pai sofreu para tentar chegar a uma verdade a que, infelizmente, o país não tinha acesso, mas principalmente porque o documento é importantíssimo para o país. A partir dele, parte de história poderá ser reescrita e o Brasil e o mundo poderão enfim ter a exata noção dos crimes cometidos contra os índios durante determinado período”, disse o advogado, acrescentando que, até o pai morrer, quando ele tinha 14 anos, o tema da violência contra os índios era recorrente.

“Muitas pessoas próximas ao meu pai que conheciam o teor do documento, as coisas que ele tinha visto durante suas viagens, a importância e a gravidade dos fatos por ele narrados, não entendiam como o documento podia ter desaparecido. Quer dizer, entendiam. Era algo conveniente para muitas pessoas”, disse o advogado, que ainda hoje lembra de alguns relatos do pai. “Meu pai contava ter chegado a aldeias e encontrado toda a comunidade morta por envenenamento, pelo contato [com os não índios] ou por outros meios. Lembro de ele contar que em uma aldeia o grupo encontrou uma índia amarrada a duas árvores pelos pés, de cabeça para baixo e cortada a facão”.



Fotografia para índios

SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 24.04.2013

O projeto "Olhar Indígena", do fotógrafo José Medeiros, visa capacitar índios para se tornem fotógrafos profissionais e registrarem sua cultura

Dos 20 anos trabalhando com diversas etnias indígenas, o fotógrafo José Medeiros passou 10 anos trabalhando junto aos ikpeng, da região do Xingu. Tempo suficiente para os índios confiarem à ele o registro do ritual de iniciação moygu. Até o momento, ele é o único que conseguiu esse feito.

A escolha pela etnia se deve à intimidade que Medeiros tem com este povo. "Aprendi muito com eles e agora sinto a necessidade de retribuir", afirma Medeiros, que já desenvolveu junto à eles o projeto "Já Fui Floresta". A ideia é colocar em prática o projeto "Olhar Indígena", que tem o intuito de capacitar os índios ikpeng para que em dois anos de aprendizado tornem-se profissionais da fotografia.

Medeiros se ampara na curiosidade que os índios possuem em relação à fotografia. "Percebi que todos são muito curiosos para a fotografia, foi então que surgiu a ideia de formar um bom fotógrafo. Um profissional", diz.

O fotógrafo ressalta que a intenção não é de realizar um curso básico. "Tenho a pretensão, a proposta de mostrar o olhar do índio, ensiná-lo a sentir, captar. Imagina um índio com olhar apurado para a arte e que vai registrar o cotidiano, sua cultura. Fazer ele se expressar. O que esse olhar pode nos ensinar?".

As aulas estão previstas para iniciarem em julho e estão programadas para acontecer durante dez dias mensais até 2015. Depois, mais quatro etnias devem ser contempladas para que Medeiros atinja o sonho de realizar todo o projeto em dez anos. Os ikpeng foram escolhidos para endossar o projeto-piloto.

Antes que as idealizações do fotógrafo se consolidem, é necessário que uma ação seja desenvolvida para despertar a cultura do apoio a projetos de inclusão social por meio da arte. O "Adote um Índio" é um chamado para a aquisição dos oito kits necessários, que devem conter 1 câmera semi-profissional, cartões, bateria e flash.

A Prefeitura de Feliz Natal já se comprometeu com a doação de um kit, além de subsidiar logisticamente a empreitada. Deve contribuir ainda com combustível, carro, barco e avião. São oito horas da cidade até a aldeia.

Obstinado, Medeiros brinca "nem que eu chegue aos 90 anos. Eu só saio de lá quando esses índios estiverem fotografando bem. É um curso de capacitação profissional". Ele também deseja que os índios, assim como ele, possam viver daquela arte também. "Vai ser uma nova

CONT



forma de ver a floresta. Ele não pesca, ele não caça, ele capta a arte da floresta”.

Já no primeiro ano de projeto, o primeiro resultado: Zé Medeiros quer que os visitantes vejam com os olhos indígenas. Ele idealiza a reprodução de 40 fotos em painéis de 3 x 6 distribuídos por Cuiabá. “Não quero só tirar dos povos indígenas, eu quero deixar algo para eles. Eu estou buscando padrinhos para conseguir o equipamento fotográfico que custa em torno de 8 mil reais. Que empresário não tem esse dinheiro para retribuir? E imagina o barulho q esses indígenas farão na copa?”, dá a deixa.

A proposta ainda prevê que os próprios índios administrem o projeto e que recebam por ele, como acontece com as fotos de “Já Fui Floresta”. “O que eu ganho eu divido com eles. O dinheiro recebido com a venda de fotos deles são 50% para mim, 50% para eles”.

A proposta visa apresentar o primeiro resultado do projeto já no neste primeiro ano de execução. José Medeiros quer que os visitantes vejam com os olhos indígenas. Ele idealiza a reprodução de 40 fotos em painéis de 3 x 6 distribuídos por Cuiabá.

“Não quero só tirar dos povos indígenas, eu quero deixar algo para eles. Eu estou buscando padrinhos para conseguir o equipamento fotográfico que custa em torno de 8 mil reais. Que empresário não tem esse dinheiro para retribuir? E imagina o barulho q esses indígenas farão na Copa?”, dá a deixa. (Com informações OC)



Secretaria dos Povos Indígenas pode ser criada com R\$ 1,65 bilhão em caixa
SÍTIO ÚLTIMO SEGUNDO - IG, 24.04.2013

Novo órgão nasceria da fusão da Funai, subordinada ao Ministério da Justiça, e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), braço do Ministério da Saúde

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado adiou a análise, prevista para hoje, da proposta que cria a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas, sugerida em 2011 pelo projeto de lei 173. O novo órgão nasceria da fusão da Fundação Nacional do Índio (Funai), subordinada ao Ministério da Justiça, e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), braço do Ministério da Saúde. A união renderia à secretaria um orçamento inicial de R\$ 1,648 bilhão em 2013, conforme previsão de gastos autorizada pelo Palácio do Planalto para a Funai (R\$ 608 milhões) e a Sesai (R\$ 1,04 bilhão).

Leia mais: Índios fazem novo protesto em Brasília e cercam Planalto

Poder Online: Índios invadem e tomam o plenário da Câmara e derrubam sessão; assista

O novo órgão já foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em 2011 e, na semana passada, recebeu parecer favorável do senador Acir Gurgacz (PDT-RO). "Tendo (o projeto) por intenção apenas autorizar o Poder Executivo a criar o órgão, seus termos não possuem caráter vinculativo, mas se traduzem em espécie de sugestão no sentido de se criar uma instituição que certamente vai auxiliar, em grande medida, na resolução dos graves problemas das comunidades indígenas brasileiras", registrou o senador em seu relatório.



Indígenas fazem manifestação no Palácio do Planalto contra a PEC que altera a demarcação de terras

CONT.



O cuidado em ressaltar que a decisão final caberá à presidente Dilma Rousseff sobre a sugestão feita há dois anos pelo senador Vicentinho Alves (PR-TO), é uma tentativa de contornar a resistência do Ministério da Justiça de perder um subordinado importante como a Funai.

O ministro José Eduardo Cardozo monitora o tema contrariado, conforme apurou o iG . Isso porque, embora a Funai responda por uma parcela minúscula no orçamento global de Justiça (R\$ 11,68 bilhões em 2013), a fundação tem peso político e histórico importante.

A separação da Funai criaria um órgão com status de ministério no momento em que temas indígenas ganham destaque na pauta do Congresso. Em paralelo ao projeto de lei 173, a proposta de emenda à Constituição 215 sugere transferir justamente do ministro para o Poder Legislativo a criação de reservas indígenas – mudança que gerou como protesto a invasão do plenário da Câmara.

Foi em demonstração de força contra a PEC 215 que Cardozo organizou um evento para comemorar o dia do índio, na última sexta-feira (19), assinando publicamente a criação de três novas reservas indígenas no Amazonas e Ceará.

Mais R\$ 1 bilhão

Dilma terá decisão final sobre o projeto pelo surgimento de uma nova pasta em seu governo – caso passe pela CCJ, a nova secretaria precisa ganhar ser aprovada também na Câmara antes de ir à sanção presidencial.

A nova secretaria também nasceria com uma capacidade de investimento maior que a alguns braços ministeriais criados no governo Dilma. É o caso da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que recebe R\$ 54,6 milhões do Orçamento federal de R\$ 2,276 trilhões para este ano.

A Secretaria Nacional dos Povos Indígenas teria à sua disposição, além dos R\$ 1,648 bilhão de Funai e Sesai, outro R\$ 1,05 bilhão proveniente de programas de proteção e promoção dos povos indígenas administrados pela Saúde (R\$ 897,4 milhões) e a Justiça (R\$ 153 milhões).

Mais de R\$ 70 milhões serão liberados para assistência aos índios

SÍTIO VERMELHO, 24.04.2013



Acordo deve fortalecer as ações de inclusão produtiva junto às famílias indígenas / Crédito: Albino Oliveira/MDA

Os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Fundação Nacional do Índio (Funai) firmaram acordo para garantir execução, monitoramento e qualificação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para famílias indígenas por meio do Plano Brasil Sem Miséria. Ao todo, serão aplicados, até 2014, cerca de R\$ 70 milhões para beneficiar 12 mil famílias.

O acordo foi assinado na sexta-feira (19), quando foi comemorado o Dia do Índio. Do total de famílias indígenas, 3 mil são do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul e serão atendidas já nos próximos meses.

Além das ações de assistência técnica, que envolvem a aplicação de R\$ 40 milhões, o MDS também disponibilizou R\$ 30 milhões para serem repassados diretamente às famílias indígenas, a título de fomento. O repasse é a fundo perdido, no valor de R\$ 2,4 mil para cada uma, em parcelas semestrais durante dois anos, para apoio a atividades produtivas.

CONT.



A expectativa é que o acordo fortaleça as ações de inclusão produtiva junto às famílias indígenas, além de construir um caminho de superação de ações emergenciais, como as de doação de cestas de alimentos. "Essa é uma perspectiva do MDS, desde a Comissão de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas do Consea [Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional] até o Grupo de Trabalho de Saúde e Segurança Alimentar Indígena", destaca o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnaldo de Campos.

Outras ações

Parceria entre MDS e Funai já investe, desde 2011, R\$ 1,5 milhão para ampliar a produção de alimentos para o autoconsumo e a inclusão produtiva de mais de mil famílias indígenas. Além disso, 65 mil famílias foram beneficiadas com a doação de 243 mil cestas de alimentos em 2012. Esse número deve chegar a 520 mil cestas até junho deste ano, com investimento de mais R\$ 30 milhões.

Por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), mais de mil famílias indígenas venderam 2,6 mil toneladas de produtos, volume equivalente a R\$ 4,1 milhões. Para ampliar o acesso ao programa, foi criada em novembro de 2012 a DAP-Indígena, documento de identificação, nos moldes do Documento de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Atualmente, 117 mil famílias indígenas estão inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, sendo que 85 mil recebem o Bolsa Família.

IBGE mapeia a população indígena

A partir das informações coletadas pelo Censo 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) elaborou um conjunto de mapas e tabelas mostrando a distribuição espacial das 896 mil pessoas que se declararam ou se consideraram indígenas e, ainda, enumerando as 305 etnias encontradas pelos recenseadores. Também foram listadas as mais de duzentas línguas faladas nas terras indígenas. A publicação está disponível em indigenas.ibge.gov.br.



Exposição homenageia índios sergipanos
SÍTIO PREFEITURA DE ARACAJÚ, 24.04.2013

O Dia do Índio já passou, mas a Prefeitura Municipal de Aracaju segue homenageando o povo indígena sergipano. Com a exposição 'O Índio em Sergipe', disponível no Arquivo Público da Cidade de Aracaju desde o dia 12, a população tem a oportunidade de conhecer ou aprimorar o conhecimento a cerca da história dos índios no estado.

Por meio de uma verve memorialista, como não poderia ser diferente, e sendo inegável a importância dos homenageados no processo de construção contínua de uma identidade sergipana, a exposição tem como objetivo mostrar à sociedade não só o passado, mas também fazer o índio ser enxergado como parte integrante do todo, nos dias atuais.

Para Patrícia Siqueira, professora de História e coordenadora da exposição, tendo em vista que o Arquivo Público se trata de um guardião de memórias, nada mais pertinente que no mês de abril, no qual há a data tão importante para o índio, ser colocado em prática um roteiro histórico que extrapole as amarras do passado. "É preciso mostrar que eles estão presentes, lutando por seus direitos", afirma a coordenadora.

Pela consciência da importância cultural, a PMA põe em prática tal exposição. Desta maneira, aqueles que chegam ao Arquivo Público têm a oportunidade de conferir objetos da vida indígena, como mingos e cocares, artesanatos produzidos pelos índios e que lhes servem como fonte de renda, além de dezenas de painéis informativos somados à explicação de Patrícia. Ao longo dos dias, houve ainda a ida de índios ao local, quando puderam apresentar um pouco da sua cultura e costumes, bem como foi ministrada palestra voltada ao tema.

Graças aos atrativos precitados, a receptividade da exposição vem sendo satisfatória. Inúmeras escolas, municipais e particulares, têm usufruído dos benefícios da mostra, em visitas que invariavelmente agregam valor intelectual aos estudantes. Cerca de 90 pessoas já conferiram o projeto, estudantes de diversas faixas etárias, mas não apenas. "Muitas pessoas que estão passando perto do Arquivo Público vêem o cartaz e entram. Já tivemos visitantes de Brasília, que ficaram maravilhados com o conteúdo", conta Patrícia Siqueira.

A exposição fica aberta até o dia 30 de abril, das 8h às 17h, no Arquivo Público, localizado na avenida Hermes Fontes.

Conflito armado entre tribos deixa 4 índios mortos em Roraima

SÍTIO FOLHA.UOL, 24.04.2013

Um conflito com armas de fogo entre tribos ianomâmi em Roraima, na fronteira com a Venezuela, deixou quatro índios mortos e sete feridos, segundo a Funai (Fundação Nacional do Índio).

O episódio ocorreu no último dia 14 em aldeia a 320 km de Boa Vista e provocou a morte de uma mulher, dois homens e uma criança. Sete índios feridos, inclusive duas crianças, já receberam alta.

Os índios da região, afirma a Funai, estão sendo armados por garimpeiros em troca de permissões para exploração ilegal de ouro na terra indígena, que estaria invadida por ao menos 1.600 homens.



Para João Catalano, chefe do setor de proteção ianomâmi da Funai, o conflito foi "gravíssimo" por envolver um grupo recém-contatado.

"Os garimpeiros chegam aos poucos e vão introduzindo armas e munições para impor o ritmo da exploração de ouro", disse.

Segundo ele, desde 2010 já são 13 mortes de índios por arma de fogo no local, que abriga cerca de 20 mil índios.

A Polícia Federal foi acionada para investigar o fornecimento de armas aos índios.

Conflitos intertribais são característicos dos ianomâmi, mas as armas habituais eram bordunas (porretes) e flechas.

Segundo o índio Dário Kopenawa, da associação ianomâmi HAY, o conflito foi motivado por disputa por roça de pupunha (fruto de palmeira).

Para ele, o conflito é resultado da falta de fiscalização sobre o garimpo ilegal. No ano passado, a PF chegou a retirar cerca de 600 garimpeiros da região, mas muitos voltaram.

"Os garimpeiros estão aliciando índios com arma de fogo para matar todos os índios. A PF sabe disso", disse.

Procurada pela reportagem, a PF em Roraima não respondeu.



Índios enfrentam fome em protesto

SÍTIO DIÁRIO DO PARÁ, 24.04.2013

Há dois dias ocupando o prédio do Distrito Sanitário Especial Indígena, em Belém (Dsei/Guamá-Tocantins), índios de cinco etnias começam a enfrentar as adversidades da manifestação que não tem previsão para acabar. Ontem, estavam sem água e sem comida, mas reforçaram que não vão deixar o local até que a coordenadora do órgão, Daniele Soares, seja exonerada.

Desde que eles chegaram ao Dsei, na tarde da última segunda-feira, 22, que não há expediente e nenhum funcionário aparece para negociar. Índios das etnias Tembé, Xicrin, Kayapó, Assurini e Gavião denunciam a falta de medicamentos e de médicos de várias especialidades, além de meios de transporte para os doentes. À tarde, mais dois grupos indígenas chegaram para a manifestação.

O Dsei é ligado à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde, e funciona como gestor de políticas públicas de assistência à saúde dos indígenas. De acordo com o cacique Piná Tembé, a ausência da coordenadora da unidade demonstra a falta de comprometimento dela para negociar. "Nós já pedimos a saída desta coordenadora do cargo, desde o início do mês e não fomos atendidos", destacou o cacique.

Apenas um servidor compareceu ao trabalho, ontem, para cumprir horário. Como as portas continuam trancadas, os indígenas não tem acesso à água mineral e mantimentos. Eles dormem nos corredores e tentam se agasalhar em meio à recepção do prédio. Ao meio dia de ontem, a principal reclamação dos índios era sede e fome. José Sarmiento Tembé estava revoltado porque seu filho de apenas 13 anos estava há 14 dias com febre e não conseguia atendimento médico. Ontem, por causa das condições em que estão, precisou ser levado para o Pronto-Socorro. "Tivemos que fazer coleta para pagar um táxi e levar ele, quase não conseguimos arrecadar a quantia cobrada", destacou.

O cacique Neto Tembé questiona a aplicação dos recursos, cerca de R\$ 11 milhões, dados pelo Governo Federal para garantir acesso e assistência à saúde. "Ela não está fazendo as coisas chegarem às aldeias. É triste a nossa situação", disse. "Somos nós mesmos que temos que pagar as passagens para ir até os postos de saúde porque não tem transporte. Faltam medicamentos de média e alta complexidade, que antes eram distribuídos e agora quem precisa tem de comprar".

Até o início da noite de ontem, os índios não foram recebidos pela coordenadoria da Sesai. Ao Diário, o Cacique Pina informou que houve contato telefônico da coordenadora do Distrito Guamá-Tocantins, Daniela Cavalcante. Ela informou ao Cacique Akranire que disponibilizaria alimentação para os índios acampados no prédio e que vai aguardar por eles na Procuradoria Federal para uma reunião hoje (24) de manhã.



Corrida do toro e cabo de guerra abrem os Jogos Indígenas da Paraíba 2013

SÍTIO PORTALCORREIO, 24.04.2013

Os Jogos Indígenas da Paraíba 2013 contam com a participação de mais de 300 e 32 aldeias

Até domingo (27), mais de 300 indígenas das 32 aldeias potiguaras participam dos Jogos Indígenas 2013 na aldeia Três Rios, no município de Marcação, Litoral Norte paraibano. O evento foi aberto nesta quarta-feira (24) pela manhã com a corrida do toro e o cabo de guerra. A competição conta com o apoio do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer (Sejel), e das prefeituras de Marcação, Baía da Traição e Rio Tinto.

Os jogos foram abertos às 10h30, com a execução do Hino Nacional, seguida do ritual sagrado 'Dança do Toré'. O índio Manoel Pereira acendeu a tocha olímpica. Após declarar abertos os jogos indígenas, o cacique geral dos potiguaras, Sandro, afirmou que o evento, além de resgatar a cultura indígena, ajuda a despertar nos mais jovens a valorização por suas raízes e ajuda a evitar que eles se envolvam com drogas. "Com isso, nós incentivamos eles a não praticar o errado e sim ocupar a mente deles, que possam fazer o melhor", afirmou.

O cacique Sandro agradeceu o apoio do Governo do Estado para que os jogos indígenas pudessem acontecer. Segundo enfatizou, o governador Ricardo Coutinho abriu as portas para os potiguaras: "Trouxe a inclusão digital, mais ações sociais. Ajudou a inserir o povo potiguara na sociedade, somos bem vistos hoje. Muita gente da Paraíba não sabia que aqui tinha índio".

O secretário de Juventude, Esporte e Lazer, Tibério Limeira, disse que os jogos se realizam no contexto da valorização da cultura indígena e o Governo do Estado tem promovido ações que beneficiam os potiguaras. "Pela primeira vez o Estado chega com ações efetivas, se aproxima com diálogo e processos democráticos, além de atividades de saúde, educação, esporte e lazer", comentou, adiantando que "a gente espera que esse evento entre de fato no calendário oficial turístico da Paraíba, fortalecendo a cultura indígena". Ele destacou a parceria das Prefeituras de Marcação, Rio Tinto e Baía da Traição.

O cacique Bel e sua família, da aldeia Três Rios, eram os anfitriões da festa potiguara. O indígena José Soares da Silva, 57 anos, vice-cacique da aldeia Três Rios, onde acontecem os jogos, observou que os jogos passaram a existir graças ao Governo do Estado, a partir de 2012. A índia Laiz, de apenas 3 anos, também se caracterizou para participar dos dias de integração das aldeias por meio do esporte. E o cacique Capitão disse que o povo potiguara agradece ao governador Ricardo Coutinho por ter contribuído e tornado realidade os jogos indígenas.

Os visitantes da aldeia Três Rios também podem conhecer e adquirir peças do artesanato indígena. A índia Ivanilda, da aldeia Galego, de Baía da Traição, expôs seu trabalho em uma tenda armada no local do evento. A Secretaria da Mulher e Diversidade Humana e a Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico também apoiam o evento.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 068 / 2013

Brasília, 25 de abril de 2013.

Os Jogos Indígenas da Paraíba 2013 contam com a participação de mais de 300 índios e índias de 32 aldeias nas modalidades de maratona, futebol, arco e flecha, corrida do toro, arremesso de lança e canoagem.



Índios Atkum em Carnaubeira da Penha recebem documentação gratuita

SÍTIO DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 24.04.2013

Índios Atkum Olho D'Água do Padre, em Carnaubeira da Penha receberam, nesta quarta-feira (24) documentação gratuita. De acordo com a secretária estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Laura Gomes, técnicos do Balcão de Direitos da secretaria, atenderam cerca de 400 famílias da Aldeia Atkum, das 08h às 12h.

O evento vai disponibilizar emissão gratuita de Carteira de Trabalho, 2ª vias de Certidão de Nascimento e de Casamento além de fotos 3x4. A ação faz parte da Semana de Direitos Humanos, que percorre o Sertão Central até esta sexta, 26, levando atividades para sete municípios.

Desde o mês passado, quando teve início a Semana de Direitos Humanos no Sertão do Araripe e no Agreste Meridional, o Balcão de Direitos já emitiu 142 documentos e 153 fotos, beneficiando os moradores das comunidades de Aldeia Fulni-ô, de Águas Belas; Assentamento Libertação, em Itaíba; e no Quilombo Serrote do Gado Bravo, em São Bento do Uma.



Governo cria comitê gestor de terras indígenas

SÍTIO RURALBR, 24.04.2013

Grupo ficará responsável pela coordenação da execução da política indígena e será integrado por oito representantes governamentais e oito representantes indígenas

Os ministérios da Justiça e do Meio Ambiente publicaram nessa terça, dia 23, no Diário Oficial da União, a Portaria Interministerial nº 117, que institui o comitê gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGati).

A política, estabelecida pelo Decreto Presidencial nº 7.747, tem como objetivo "garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas".

O comitê gestor da PNGati ficará responsável pela coordenação da execução da política indígena e será integrado por oito representantes governamentais e oito representantes indígenas, definidos na segunda, dia 22, pela Portaria Interministerial nº 1.701.

O governo contará com dois representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai) – um da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável e um da Diretoria de Proteção Territorial; e seis dos ministérios: um da Justiça; dois do Meio Ambiente; um do Desenvolvimento Agrário; um do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e um da Saúde.

Os oito representantes indígenas são membros da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), sendo um representante nacional e sete de organizações regionais que integram a Apib: um da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoiname), um da Indígenas do Pantanal e Região (Arpipan), um da Articulação dos Povos Indígenas do Sul (Arpinsul), um representante da Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (Arpinsudeste), dois da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), e um da Grande Assembléia do Povo Guarani (Aty Guassú).